

# ***O CULTO DA DEONTOLOGIA PELO JUIZ***

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO\***

*Juiz do TRF — 5ª Região,  
Professor Universitário no Curso de Direito (UFRN e UNICAP)*

## **SUMÁRIO**

1. A influência da deontologia no exercício da magistratura — 2. Regras de conduta do magistrado previstas na lei — 3. Regras de conduta impostas ao juiz e não previstas na lei — 4. Conclusão.

### **1. A INFLUÊNCIA DA DEONTOLOGIA NO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA**

A Deontologia é considerada como sendo um ramo do conhecimento filosófico que estuda os princípios, fundamentos e sistemas de moral ou, em outras palavras, que procura estabelecer um tratado dos deveres a serem cumpridos pelo homem no seu relacionamento profissional e social.

Na obra *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, da autoria de Fernando Bastos de Ávila, S. J., 1ª ed., Rio, Ministério da Educação e Cultura, 1967, p. 145, está escrito que a Deontologia é a “ciência que estuda o que é justo e conveniente ao homem fazer, do valor que deve visar e do dever de cumprir a norma que se aplica ao comportamento humano”. É, em outras palavras uma ciência que tem pontos coincidentes com a moralidade e com a ética, sem, contudo, com elas se confundir. Esse aspecto está registrado na obra acabada de ser citada e nos comentários do Des. Álvaro Lazzarini, no trabalho “Magistratura: Deontologia, Função e Poderes do Juiz”, publicado no *Curso de*

*Deontologia da Magistratura*, Saraiva, vários autores, p. 99, do teor seguinte: “Sabemos, todavia, que, como terminologia, poucos são os que identificam a ética com a Deontologia. Preferem chamar de Deontologia apenas a ética aplicada e restrita a um setor específico do comportamento humano, isto é, o comportamento típico e característico que apresenta o homem, quando exerce uma determinada profissão. O substantivo Deontologia vem, assim, invariavelmente acompanhado por um qualitativo, que indica de que profissão se trata: deontologia médica, jurídica, jornalística etc, porque, a deontologia é a ciência que estabelece normas diretoras da atividade profissional sob o signo da retidão moral ou da honestidade, sendo o bem a fazer e o mal a evitar no exercício da profissão o objeto da Deontologia profissional” (*Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, cit., p. 145).

Absorvendo esse esquema definidor dos ramos científicos que estudam os valores e a sua prática pelos homens no exercício de suas profissões, o Des. Álvaro Lazzarini, in ob. cit., p. 100, afirma:

Posto tudo isso podemos dizer que a Magistratura sujeita-se a um atuar deontológico, consubstanciado no que denominamos ser uma verdadeira Deontologia da Magistratura, ou seja, no nosso conceito, o conjunto de regras de conduta dos Magistrados, necessárias ao pleno desempenho ético de sua atividade profissional, de modo a zelar não só pelo seu bom nome e reputação, como também da instituição a que serve, no seu múnus estatal de distribuir a Justiça na realização do bem comum.

O conjunto das regras de conduta que deve se fazer presente na vida do magistrado é o objeto do presente trabalho. O que se visa é sistematizar as idéias plantadas pelos doutrinadores a respeito do tema e sobre elas lançar comentários visando identificá-las com a função do juiz em um final de Século que prenuncia profundas transformações no relacionamento do Estado com o homem, especialmente, no tocante à geométrica evolução que se identifica nos anseios de cada ser humano de serem aumentados os seus direitos como cidadão.

Não se pretende estabelecer um código de condutas rígidas a serem cumpridas pelo magistrado, não só por ser infrutífera essa tarefa, mas, também, pelo fato de que a função jurisdicional não pode ficar vinculada a regras imutáveis de comportamento ditadas para quem a exerce.

Muito e excelentemente se tem dito sobre a honra da profissão de ser juiz. Centram-se as preocupações no referente à necessidade do titular de tal cargo ser possuidor de uma vocação sólida, de exibir talento cultural, de ter sensibilidade para bem interpretar os sentimentos da sociedade e de saber conviver com os anseios de uma sociedade composta por pessoas que confiam cada vez mais na atuação do Poder Judiciário.

Ocorre que, na era contemporânea, se faz necessário se destacar outros valores que devem ser cultuados pelo magistrado e que lhe são impostos pelo acelerado processo de transformação econômica, política, social e tecnológica que se vem desenvolvendo no mundo.

Há de se reconhecer que o ensino jurídico e a doutrina não têm se preocupado em destacar o novo papel a ser exercido pelo magistrado no exercício de suas funções, pelo que se estabelece um profundo conflito entre o exigido do juiz, pelos tempos modernos, e o que a seu respeito é pregado pelos formadores das gerações que em breve estarão dirigindo os destinos da Nação.

Essa situação faz lembrar Santiago Dantas, in *Figuras do Direito*, p. 140, que, após comentar a desatualização das escolas jurídicas com o acelerado processo de transformação do Direito, acentuou ser dissonante a existência entre “o autêntico e o falso, entre a ciência e a mistificação, entre a política, entre o merecimento e as facções”.

O apego do juiz ao passado é sustentado por um positivismo jurídico científico que se vincula a uma tarefa de formar homens

profundamente cultos, dominadores da ciência humanística, porém, insensíveis ao processo de mudança imposto pela sociedade contemporânea onde o direito à cidadania se apresenta como sendo o centro principal da conquista do homem do século XXI.

O Juiz que brota do sistema atual responsável pela sua formação, se não procurar cultivar valores de diferentes categorias que contribuam para a modernização do seu atuar, corre o risco de ser um simples fazedor de sentença sem mensagem útil para o homem, sem seguir um critério para atingir o fim a que ela se destina, que é a paz, enfim, um simples mostrador de como não fazer ciência e de não se ter ideal.

Calamandrei, em sua conhecida obra *Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*, trad. de Ary dos Santos, 2ª ed., Lisboa, Clássica, 1943, p. 161, afirma que bom juiz é aquele que “põe o mesmo escrúpulo no julgamento de todas as causas, por mais humildes que sejam”, mesmo que, conforme adiante lembra Calamandrei, “conviva com o drama da contemplação cotidiana das tristezas humanas, que encham toda a sua existência” (in ob. cit., p. 172).

Penso que ser bom juiz não se limita aos critérios fixados por Calamandrei. Muito mais está a se exigir do magistrado de que julgar com independência e de forma retilínea, de conviver, diariamente, com as tristezas construídas pelo homem e de enfrentar o drama de sua solidão. Em consequência, o Juiz do final do século XX e se preparando para enfrentar o século XXI, além de se encontrar obrigado a seguir a conduta pregada por Calamandrei, há de sujeitar-se aos princípios pregados pela deontologia da magistratura, vinculando-se, assim, a um complexo de ideais e de normas de conduta que se originem da coerção exercida pela sociedade que o cerca.

## **2. REGRAS DE CONDUTA DO MAGISTRADO PREVISTAS NA LEI**

O magistrado, por exercer uma atividade pública elevada à categoria de membro do Poder, é um profissional vinculado a um atuar sempre controlado pelo Estado. Dele, de modo sistemático e cogente, a lei exige um comportamento compatível com os padrões que ela própria estabelece, onde a coerência e conduta ilibada se apresentam como valores mais significativos.

O ordenamento jurídico brasileiro adota um posicionamento de impor centenas de regras de conduta a serem obedecidas pelo juiz, quase todas com imposição de reprimenda pelos órgãos correccionais, se forem desobedecidas.

A filosofia adotada pelo nosso sistema, de elencar em norma positiva como deve se comportar o juiz, tanto na sua vida profissional, como na familiar e social, contribui para que, além da possibilidade de se submeter ao controle oficial, facilmente, ele seja repudiado pelos vários estamentos sociais ao menor sinal de desconfiança de prática de conduta contrária aos padrões estipulados pela lei.

Necessário se faz, em decorrência dessa filosofia estatal, que o magistrado conheça e interprete os vários ditames legais que lhe impõem o modo de se conduzir nos seus relacionamentos sociais e profissionais, exigindo-lhes predicados para o exercício da função que não são cobrados para os membros do Poder Judiciário e do Legislativo, nem para qualquer categoria de servidor público.

O conhecimento de tais normas há de começar com o exame da Constituição Federal. Esta, em seu art. 93, II, c, só permite a promoção do juiz por merecimento, se ficar aferido, por critérios objetivos, ter o mesmo se conduzido, no exercício da jurisdição, com presteza e segurança, bem como se tiver freqüentado com aproveitamento cursos reconhecidos de aperfeiçoamento.

Não há, em todo texto constitucional, nenhum dispositivo impondo a qualquer categoria profissional esse requisito para a obtenção de promoção por merecimento. Considere-se, também, que a exigência dessa regra de conduta é considerada como princípio a ser observado por toda magistratura brasileira, conforme se depreende da dicção do *caput* do art. 93, da Carta Magna.

Exige, ainda, a Constituição Federal (art. 93, II e VII) que o juiz titular resida na respectiva comarca. O não cumprimento dessa norma se constitui em descumprimento a uma determinação constitucional e, conseqüentemente, a caracterização de conduta irregular por parte do magistrado, permitindo a imposição de sanções através dos órgãos correccionais.

Em passo seguinte, a Carta Magna só permite a nomeação de Ministros para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça entre cidadãos possuidores de notável saber jurídico e de reputação ilibada (arts. 101 e 104, parágrafo único).

Para a composição dos órgãos dos demais Poderes do Estado não há essa exigência constitucional.

Fora do texto da Constituição, a conduta do magistrado começa por ser definida na Lei Complementar 35, de 14.3.79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) que será substituída pelo denominado Estatuto da Magistratura, conforme o art. 93, *caput*, da Constituição Federal.

Identifica-se no referido diploma legal (LOMAN) um elenco de deveres impostos ao magistrado, todos eles lhe desenhando uma determinada conduta no exercício de suas funções e no ambiente social em que vive.

A conferência dos respectivos dispositivos legais bem demonstra a exatidão do afirmado.

É o que se passa a fazer.

O art. 35, do Título III, intitulado “Da Disciplina Judiciária”, Capítulo I, denominado “Dos Deveres do Magistrado”, está assim redigido:

Art. 35. São deveres do magistrado:

I — cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;

II — não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;

III — determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

IV — tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e auxiliares da Justiça, e atender aos que o procurarem, a qualquer momento, quando se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência;

V — residir na sede da comarca, salvo autorização do órgão disciplinar a que estiver subordinado;

VI — comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou a sessão; e não se ausentar injustificadamente antes de seu término;

VII — exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes;

VIII — manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.

Há, não se pode deixar de se reconhecer, o estabelecimento de normas de proceder dirigidas ao magistrado que restringem o seu modo de conviver na sociedade e o coloca a sua conduta sob efetivo controle de todos os cidadãos.

O Min. Sydney Sanches, em trabalho intitulado "O Juiz e os Valores Dominantes", publicado na obra *O Judiciário e a Constituição*, coordenada pelo Min. Sálvio de Figueiredo, Saraiva, p. 191, justifica a existência de tais deveres, afirmando: "Na verdade, o que se pretende é a formação de juízes (homens e mulheres), em cujo exemplo a sociedade, a que servem, deve se mirar. E do qual pode se orgulhar."

Em face das responsabilidades assumidas pelo magistrado para com a sociedade, tudo em decorrência das múltiplas funções que desempenha no sentido de ser, em nome do Estado, o mensageiro condutor da estabilidade das relações entre os homens, não se pode considerar exagerada a mensagem legislativa. O que ela transmite é a vontade do Estado e, conseqüentemente, do cidadão de que o juiz seja sempre considerado como homem de comportamento exemplar, não só no aspecto funcional, mas, com o mesmo grau, no campo social e familiar.

Observa-se que o ordenamento jurídico absorveu os ensinamentos de Francisco Campos, postos na Exposição de Motivos ao Código de Processo Civil de 1939, de que o juiz é o Estado administrando a justiça. Essa concepção contribui para configurar o juiz como sendo um servidor das partes em particular e da sociedade em geral, pelo que há de se lhe ser exigido uma conduta compatível com a função por ele exercida.

A prática de qualquer desvio da conduta imposta pela lei ao magistrado evidencia um profundo desgaste para a magistratura, por diminuir "a confiança que a coletividade jurisdicionada tem o direito de ter nos seus Juízes, ou seja, a confiança do público na Justiça, da qual ele é membro." (Álvaro Lazzarini, in "Magistratura: Deontologia, Função e Poderes do Juiz", artigo na coletânea *Curso de Deontologia da Magistratura*, Saraiva, p. 102).

A conduta do juiz na direção do processo civil, por exemplo, é fixada em vários dispositivos do Código de Processo Civil.



A descrição em um só campo dos vários artigos que impõem ao juiz o cumprimento de prazos revela quão exigente é a norma jurídica positivada a respeito desse aspecto. Esse posicionamento do legislador, de qualquer modo depreciativo para o conceito do magistrado, decorre da inquietação presente no seio social pela demora na entrega da prestação jurisdicional.

Na era atual, envolvida pela complexidade de um final de século movido por uma série de transformações tecnológicas e de novos direitos e garantias conquistados pelo cidadão, urge que o juiz se conscientize de que o retardamento na entrega da prestação jurisdicional é um fenômeno não mais suportado pelas gerações contemporâneas.

Há de desenvolver esforços, com irradiações para vários segmentos do Poder Estatal, no sentido de imediata solução desse problema, em razão da sua permanência resultar em profundos danos para a sobrevivência do Judiciário como Poder independente.

Essa crise da entrega da prestação jurisdicional se torna presente, por exemplo, no Código de Processo Civil de 1973, que impõe ao Juiz uma conduta obrigatória no cumprimento de prazos. A desobediência a tais preceitos pode gerar até o afastamento do juiz do processo e a sua submissão ao controle dos órgãos correccionais.

Observe-se que o Código de Processo Civil procurou ajustar o direito à realidade social-jurídica, dando-lhe um conteúdo deontológico em relação ao juiz, o que representa face negativa para o conceito do magistrado.

O direito processual, nesse aspecto, não ficou vinculado aos fenômenos sociológicos, econômicos ou políticos. A filosofia adotada foi de espelhar, pela imposição normativa, os anseios do cidadão em face da demora na entrega da prestação jurisdicional.

É totalmente certo que o não cumprimento pelo Juiz de tais prazos representa uma violação à ordem jurídica e a realidade social presente em seu meio, pelo que provoca inconformismo no jurisdicionado e afetação às estruturas do Judiciário como Poder.

O exame do Código de Processo Civil revela exigência imposta ao Juiz, na direção do processo, de se conduzir quanto aos prazos e efeitos provocados pelo seu não cumprimento. O enunciado abaixo esclarece a extensão e a obrigatoriedade desse procedimento pelo magistrado. Eis o que a respeito dita o CPC:

a) Prazo para despachar e decidir:

Art. 189. O juiz proferirá:

I — os despachos de expediente, no prazo de 2 dias;

II — as decisões, no prazo de 10 dias

b) Prazo para sentenciar após encerrado o debate em audiência ou após oferecidos os memoriais:

Art. 456. Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de 10 dias;

c) Prazo para determinar providências preliminares findo o término do tempo para a resposta do réu e após o escrivão lhe fazer conclusão dos autos:

Art. 323. Findo o prazo para a resposta do réu, o escrivão fará a conclusão dos autos. O juiz, no prazo de 10 dias, determinará, conforme o caso, as providências preliminares, que constam das seções deste capítulo.

d) Prazo para sentenciar no procedimento de jurisdição voluntária:

Art. 1.109. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 dias; não é, porém, obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.

e) Permissibilidade para exceder os prazos fixados pelo Código, em qualquer grau de jurisdição:

Art. 187. Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos que este Código lhe assina.

f) Afastamento do juiz do processo por excesso de prazo na prática dos atos judiciais, tanto em primeiro grau como nos tribunais superiores:

Art. 198. Qualquer das partes ou o órgão do Ministério Público poderá representar ao Presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei. Distribuída a representação ao órgão competente, instaurar-se-á procedimento para apuração da responsabilidade. O relator, conforme as circunstâncias, poderá avocar os autos em que ocorreu excesso de prazo, designando outro juiz para decidir a causa.

Art. 199. A disposição do artigo anterior aplicar-se-á aos tribunais superiores, na forma que dispuser o seu regimento interno.

g) Prazo para decidir a impugnação do valor da causa:

Art. 261. O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 dias, o valor da causa.

h) Prazo para apreciar o pedido:

h.1) de assistência:

Art. 51. Não havendo impugnação dentro de 5 dias, o pedido de assistência será deferido. Se qualquer das partes alegar, no entanto, que falece ao assistente interesse jurídico para intervir a bem do assistido, o juiz:

I — *omissis*.

II — *omissis*.

III — decidirá, dentro de 5 dias, o incidente.

h.2) de insolvência:

Art. 755. O devedor será citado para, no prazo de 10 dias, opor embargos; se os não oferecer, o juiz proferirá, em 10 dias, a sentença.

Art. 758. Não havendo provas a produzir, o juiz dará a sentença em 10 dias; havendo-as, designará audiência de instrução e julgamento.

h.3) de partilha, em inventário:

Art. 1.022. Cumprido o disposto no art. 1.017, § 3.º, o juiz facultará às partes que, no prazo comum de 10 dias, formulem o pedido de quinhão; em seguida proferirá, no prazo de 10 dias, o despacho de deliberação da partilha, resolvendo os pedidos das partes e designando os bens que devam constituir quinhão de cada herdeiro e legatário.

h.4) a respeito da determinação de providências preliminares para saneamento do processo:

Art. 323. Findo o prazo para a resposta do réu, o escrivão fará a conclusão dos autos. O juiz no prazo de 10 dias, determinará, conforme o caso, as providências preliminares, que constam das seções deste capítulo.

i) Para julgar:

i.1) a divisão não contestada:

Art. 971. *Omissis*.

Parágrafo único. Não havendo impugnação, o juiz determinará a divisão geodésica do imóvel; se houver, proferirá, no prazo de 10 dias, decisão sobre os pedidos e os títulos que devam ser atendidos na formação dos quinhões.

i.2) os embargos à execução:

Art. 740. *Omissis*.

Parágrafo único. Não se realizará a audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental; caso em que o juiz proferirá sentença no prazo de 10 dias.

i.3) a exceção:

Art. 308. Concluídos os autos, o juiz mandará processar a exceção ouvindo o excepto dentro em 10 dias e decidindo em igual prazo.

Art. 309. Havendo necessidade de prova testemunhal, o juiz designará audiência de instrução, decidindo dentro de 10 dias.

i.4) a prestação de contas:

Art. 916. *Omissis*.

§ 1.º Prestadas as contas, terá o autor 5 dias para dizer sobre elas; havendo necessidade de produzir provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento; em caso contrário, proferirá desde logo a sentença.

i.5) o procedimento de jurisdição voluntária:

Art. 1.109. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 dias; não é, porém, obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.

i.6) o processo cautelar não contestado:

“Art. 803. Se o requerido contestar no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, havendo prova a ser nela produzida.”

j) Para proferir sentença:

j.1) após a audiência:

"Art. 456. Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz proferirá a sentença, desde logo ou no prazo de 10 dias."

j.2) no procedimento sumaríssimo:

"Art. 280. O juiz proferirá a sentença, tanto que concluída a instrução ou no prazo máximo de 5 dias."

1) Para responder a exceção de impedimento ou de suspeição:

Art. 313. Despachando a petição, o juiz, se reconhecer o impedimento ou a suspeição, ordenará a remessa dos autos ao seu substituto legal; em caso contrário, dentro de 10 dias, dará as suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa dos autos ao tribunal.

m) Para o juiz de segunda instância:

m. 1) mandar a julgamento embargos de declaração:

"Art. 537. O relator porá os embargos em mesa para julgamento, na primeira sessão seguinte, proferindo o seu voto."

m.2) idem recurso de indeferimento liminar de embargos infringentes:

"Art. 532. *Omissis*.

§ 2.º O relator porá o recurso em mesa para julgamento, na primeira sessão seguinte, não participando da votação."

m.3) pôr o seu visto em embargos infringentes:

"Art. 534. *Omissis*.

Parágrafo único. Impugnados os embargos, serão os autos conclusos ao relator e ao revisor pelo prazo de 15 dias para cada um, seguindo-se o julgamento".

m.4) proferir voto adiado a seu pedido:

Art. 121 da LOMAN. Nos julgamentos, o pedido de vista não impede votem os juízes que se tenham por habilitados a fazê-lo; e o juiz que o formular restituirá os autos ao Presidente dentro em dez dias, no máximo, contados do dia do pedido, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente a este prazo.

### **3. REGRAS DE CONDUTA IMPOSTAS AO JUIZ E NÃO PREVISTAS NA LEI**

O atuar deontológico do magistrado está, também, consubstanciado, de modo imperativo, por ser uma exigência da sociedade, em regras de experiência. Álvaro Lazzarini, Desembargador do Estado do Rio de Janeiro, em trabalho intitulado “Magistratura: Deontologia, Função e Poderes do Juiz”, p. 97, da obra *Curso de Deontologia da Magistratura*, Saraiva, apresenta sugestivo estudo sobre a matéria, de onde firmei as seguintes conclusões:

A conduta do magistrado, em sua vida profissional e privada, deve se pautar nos limites seguintes: a) agir sempre com muita compreensão, serenidade e boa vontade, quer se encontre em relacionamento profissional com o advogado, quer em relacionamento social, incluindo-se, neste último aspecto, as partes e as autoridades constituídas; b) a adoção de tais regras de conduta contribuem para que o magistrado seja sempre cultor da honestidade, da sobriedade, da paciência, da imparcialidade e cumpridor de suas responsabilidades constitucionais; c) agir com independência, sem, contudo, confundir essa posição perante as partes e as autoridades constituídas como sendo de arrogância, afastando qualquer influência da vaidade, reflexo absoluto de imaturidade; d) atuar com simplicidade, sem contudo confundi-la com submissão; e) cultivar o aprimoramento do espírito com estudos sobre ética, moral, princípios gerais filosóficos, relações humanas, psicologia judiciária, sociologia jurídica etc; f) dosar a sua conduta, tanto no exercício da judicatura, como na vida social familiar, com critérios de

sensatez, equilíbrio, serenidade, coragem, educação, para que seja um exemplo para os demais jurisdicionados; g) compreender o ser humano em todos os seus aspectos, procurando compatibilizar a aplicação da lei com os sentimentos do homem comum; h) entender o fenômeno político da sua época e contribuir para o aperfeiçoamento do regime democrático com decisões que importem sempre em respeito ao princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana; i) impor um regramento no vestir, no falar, no comportar em público que não se afaste dos padrões comuns usados pela sociedade, para não se tornar uma pessoa inconveniente e apontada como causadora de ridículo.

#### **4. CONCLUSÃO**

O magistrado é, além de um integrante do Poder Judiciário, agente político, condutor da atividade jurisdicional do Estado, um integrante da sociedade que assume deveres éticos e morais de extensão maior do que os praticados pelo cidadão comum.

Na comunidade jurídica atua com a missão de contribuir para a instalação da paz nas relações humanas e como espelho para a caracterização de condutas a serem adotadas pela geração do seu tempo e pelas gerações futuras.

O seu compromisso não é somente com o aplicar da lei. É com todos os segmentos da sociedade. A guarda da sua dedicação ao Estado não deve ser menor do que a homenagem constante que deve prestar à verdade, à fidelidade às instituições (família, escola, igreja) e aos direitos do cidadão.

A missão do magistrado é realizar o bem comum, fim supremo do Direito. Para tanto alcançar, há de zelar pelo seu bom nome, pelo da instituição a que pertence e, especialmente, pelo cidadão que nele confia.